

A produção do açúcar e a exploração do trabalho no campo brasileiro

The sugar production and labor exploitation in the Brazilian countryside

S. O. Shimada

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

shiziele@bol.com.br

(Recebido em 17 de dezembro de 2012; aceito em 27 de maio de 2013)

A produção da cana-de-açúcar submetida ao monopólio e à tributação real da metrópole portuguesa era centrada na grande propriedade monocultora, no latifúndio e no sistema escravista. Sendo acentuada após 1930 com o sistema da agroindústria da cana-de-açúcar a partir de maior intervenção do Estado a favor dos interesses da oligarquia açucareira, através de políticas públicas de desenvolvimento à monopolização do capital financeiro e fortalecimento do agronegócio. Fica evidente o domínio de uma oligarquia no campo que assume várias performances ao longo do processo histórico-econômico brasileiro, tendo a exploração da cana-de-açúcar como principal produto econômico cristalizando a lógica do desenvolvimento desigual e combinado nas diferentes escalas geográficas.

Palavras-chave: Economia açucareira; Estado; Espaço agrário

The sugar cane production subject to monopoly and real taxation of the Portuguese metropolis was centered on the large monoculture property, in the landlordism and in the slave system. Being accentuated after 1930 with the agribusiness system of sugar cane with greater state intervention in favor of the interests of the sugar oligarchy, through public policies of development to monopolization of finance capital and strengthening of agribusiness. Thus, it is evident the domain of an oligarchy in the field that takes various performances throughout the Brazilian historical economic process, and the exploitation of sugar cane as the main economic product crystallizing the logic of combined and uneven development in different geographical scales.

Keywords: Sugar economy; State; Agrarian space

*“[...] Nossa Civilização
ainda é escravocrata
só vale neste Brasil
quem tem grana, ouro e prata,
os ricos ladrões sequestram
os pobres o sistema mata.
[...] Os usineiros da cana
ostentam esta visão
política do lucro fácil
cultura da exploração
um pensamento arcaico
do tempo da escravidão”*

(COSTA, Pedro. A migração e o trabalho escravo na lavoura de cana em São Paulo).

1. A inserção da economia da Colônia ao sistema capitalista mercantil

Para compreender a dinâmica instituída pela economia açucareira ao longo do processo histórico brasileiro, deve-se entender a relação de dominação nesse período pelos portugueses e a instituição da economia colonial realizada aos produtos retirados das terras brasileiras. O domínio do território brasileiro foi feito pelo sistema de posse e uso da terra, com a perspectiva de possibilitar o desenvolvimento das grandes produções para o mercado da metrópole portuguesa, sendo presente desde então a lógica da concentração fundiária.

O Nordeste se constituiu como a “civilização do açúcar” no período Colonial com a posse de terras e de escravos estabelecidas pelos senhores do açúcar como formas de poder da sua aristocracia rural, além de firmar o escravismo como elemento de domínio do capitalismo. Observa-se que Ferlini (1984, 1988) delinea sua análise sobre a dinâmica da economia açucareira entre os séculos XVI e XVIII deixando explícito que o Nordeste Colonial se revela das complexas relações de favores realizadas entre os senhores de escravos e a Coroa, enquanto a relação entre os senhores de engenhos e os escravos era de dominação e dependência. [1] [2]

Deve-se destacar que a hegemonia da economia colonial estava retida na região nordestina devido a cana-de-açúcar ter sido o primeiro produto exportador de importância do país, durante os séculos XVI e XVII. No entanto, o monopólio do açúcar brasileiro perde controle no mercado internacional diante das outras potências europeias, iniciando a crise da economia agrária colonial brasileira no século XVII, no período em que a Espanha dominou Portugal e ocorreu a invasão do Nordeste brasileiro pela Holanda.

A presença holandesa na luta pelo controle do produto na região nordestina do Brasil repercutiu profundamente na economia brasileira. Ao adquirirem o conhecimento técnico, os holandeses desenvolvem uma indústria açucareira para competir com os portugueses. Enfraquecidos no poder da competição no mercado mundial, principalmente diante dos baixos preços do açúcar das Antilhas, os portugueses acabaram perdendo o monopólio da produção, passando a ter uma sensível queda na esfera da circulação e conseqüentemente a perda do controle desse sistema.

No século XVIII houve a continuidade da organização econômica brasileira de três séculos anteriores à colonização, ou seja, uma colônia ligada à economia da Europa devido ao fornecimento de mercadorias para o comércio europeu. As colônias, assim, existiram e foram estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole, através da produção e exportação de gêneros de que necessitava, não só para si própria, mas para comercializar com o supérfluo no estrangeiro. [3]

Com os progressos técnicos ocorridos no século XVIII surgiu o algodão como matéria-prima industrial de destaque, por ser menos dispendioso do que a cana-de-açúcar. O progresso da produção do algodão aumentou também devido ao consumo da fibra pela indústria têxtil europeia, sendo melhor para a comercialização. Paralelamente a produção da cana-de-açúcar, o cultivo do algodão se estabeleceu no Nordeste agrário não açucareiro que, diferente da cana, não se definiu por *plantation*, uma vez que foi constituído pela segmentação de espaços de produção de cultivos isolados.

Em fins do século XVIII, com as melhorias na agricultura brasileira houve a expansão das formas capitalistas de produção na região açucareira, além de que houve o Bloqueio Continental de Napoleão (1805-1814), gerando um novo reaquecimento desta atividade até meados do século XIX. O “renascimento canavieiro” foi marcado pela reforma dos processamentos técnicos tanto do cultivo como do fabrico industrial da cana-de-açúcar, em face destas transformações tem-se também as relações de trabalho através da substituição do trabalho escravo pelo livre. [4]

O trabalho escravo, subordinado ao capital, se estabeleceu num caráter de acumulação primitiva da economia colonial, tornando a maneira mais rentável para a fixação capitalista. O escravismo foi a relação social que fundou o processo de produção gestado sob a égide da lógica mercantil e integrado ao capital. Nele a terra não é elemento de produção, tendo por base a absolutização inacabada da propriedade fundiária – sempre uma concessão, não legitimada, pela Coroa portuguesa. Com isso, a mercantilização fundamentou-se na exploração do trabalho

assalariado que aprofunda a generalização da renda em dinheiro, o lento processo através do qual se passa a produzir com vistas ao lucro e não com vista à renda. [5]

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre gerou o desenvolvimento de uma política de adaptação entre os agricultores brasileiros para essa transição, com isso à sombra das casas-grandes ocorriam os sistemas de trabalho em que o agricultor sem a terra era transformado em morador, passando a dispor de pequenas áreas para plantação de produtos de subsistência, prestando dias de trabalho semanal gratuito ao proprietário. Também havia a forma de parceria em que o pequeno produtor pagava a renda da terra com uma expressiva parte de sua produção agrícola ou em dinheiro. [6]

A produção do açúcar na segunda metade do século XIX se estabelece com a formação de novas relações de trabalho e produção, geradas pela passagem do escravismo ao assalariamento. Com a extinção da Lei de Sesmarias em detrimento ao decreto da Lei de Terras há a valorização da terra ocasionando mudanças no espaço agrário através do surgimento do mercado de terras e das novas relações de trabalho no campo.

É importante ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela lavoura canavieira nesse período caracterizavam-se por um quadro caótico na produção açucareira, seja devido a queda nos preços do mercado externo, a grande concorrência internacional ou mesmo a falta de capitais para investimento na modernização da produção, gerando no final do século a tentativa de mudança marcada pela política implementada pelo Império. A partir de 1870, o governo imperial liberou subsídios para construção de engenhos centrais e ferrovias, promovendo a modernização açucareira.

As inovações tecnológicas mostram a dinâmica da economia capitalista em que a cana-de-açúcar do Nordeste será submetida às leis do mercado livre. Nesse processo de amarras ao capital em que para “sobreviver” é preciso competir, os engenhos não dão conta, sendo substituídos pelas usinas. O fechamento de inúmeros engenhos e a sua substituição pelas usinas, ocasionou um novo ordenamento no espaço agrário e conseqüentemente uma reestruturação de produção e trabalho. Destaca-se que a mudança dos engenhos à usina tem a continuidade do monopólio da produção canavieira exercida pelos proprietários de terras para se perpetuarem as ajudas financeiras recebidas pelo governo.

2. A substituição dos engenhos centrais pelas usinas: consolidação do capital industrial açucareiro

Os engenhos centrais foram conduzidos ao enfraquecimento por causa da grande concentração fundiária, o excessivo controle político da economia, a falta de preparo técnico; ao mesmo período em que as usinas possuidoras dos próprios canaviais foram gradualmente absorvendo as plantações independentes dos pequenos produtores de cana-de-açúcar.

Perruci (1978) considera que os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionarem, condenados à falência, com isso as usinas substituem o sistema dos engenhos [7]. O processo industrial leva a concentração em uma só mão, representando assim a nova configuração da economia açucareira que é a passagem de uma economia controlada por capitais predominantemente agrários e comerciais, para uma economia dominada por capitais industriais.

A usina representa a consolidação do capital industrial no campo, passando a controlar sozinho todo o processo econômico – desde o cultivo da cana até a distribuição comercial que passa pela indústria. Sendo assim, uma empresa privada, sem obrigações com o Estado, com toda liberdade de se instalar, conforme pretensão do empresário; e, sobretudo, livre para plantação da cana o que gera o fracasso do engenho tradicional. [7]

O processo de controle das usinas estabelece a concentração e dominação do espaço da cana-de-açúcar nas mãos de quem tem o poder do capital – os usineiros. Tem-se a hegemonia dos interesses de um pequeno grupo que concentra as extensas áreas canavieiras e que transforma os antigos senhores de engenhos em meros fornecedores de cana, concentrando assim a capacidade máxima de moagem de cana, conseqüentemente a obtenção de máximos lucros. Ou seja, devido os empréstimos concedidos aos donos de usinas e a não condição de pagamento houve a

transferência de propriedades de terras para particulares formando a hegemonia das oligarquias agrárias que possuíam dinheiro para fortalecimento da lógica capitalista. As usinas, dessa maneira, acentuam ainda mais o caráter monocultor e monoexportador da economia açucareira do Brasil, dando continuidade a estrutura de dominação agrária que já ocorria desde o período Colonial pela Coroa Portuguesa, e em seguida pelos senhores de engenhos.

As usinas cresciam aceleradamente em detrimento aos senhores de engenhos que não conseguiam se manter na produção visto que os engenhos já estavam ultrapassados para competir na produção da cana-de-açúcar; assim, os senhores de engenhos sem condições de manterem-se arrendavam as terras ou mesmo vendiam aos usineiros, estes, só visavam o lucro cada vez maior. Nas palavras de José Lins do Rêgo a “usina não tinha coração, usineiro só queria terras e mais terras. Falava da capacidade para as suas moendas, com os olhos crescidos na propriedade dos outros” [8].

Mesmo com o advento das usinas, não houve o monopólio do controle econômico da cana-de-açúcar, pois é importante destacar que a República Velha gerou o fim da escravidão, a crise do setor agroexportador e houve a expansão urbano-industrial na região sudeste do Brasil ocasionando a desestruturação do “poder econômico” da região nordestina sobre as demais regiões.

Com a estrutura de redução de controle do poder econômico, a crescente crise de mercado atingiu frontalmente os produtores do Nordeste, refletindo no processo de subordinação a dominação do Sudeste. Na medida em que o governo estatal começa a apoiar a economia cafeeira, há o deslocamento do polo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Tendo, assim, a lógica do movimento de concentração e centralização do capital, ou seja, a concentração através da quebra de barreiras inter-regionais e a centralização pela exportação de capitais das regiões em estagnação. [9]

A efetivação da produção canavieira aconteceu com a Revolução de 1930 através das políticas implantadas pelo IAA, ou seja, a forte intervenção estatal inserida no setor sucroalcooleiro. Sendo marcado pela expansão do monocultivo da cana que fortaleceu ainda mais o modelo agrícola brasileiro que é a monocultura, através da agroindústria inserida nos projetos financiados pelo governo, para acelerar cada vez mais a produção da cana-de-açúcar em grande escala. Com o processo de expansão da cana-de-açúcar que levou a gradativa inserção do Brasil no capitalismo mundial gerando o processo de mudanças, mas que não geraram alterações significativas nas relações de trabalho para o sistema de assalariamento permanecendo a subordinação de formas não capitalistas de produção no campo.

Nesse contexto a região nordestina vai se constituir como espaço de alienação ao capital mercantil, a produção açucareira torna-se o elemento de penetração do território e viabilização da ocupação do espaço. Ao mesmo tempo, há uma problemática no processo de reprodução do capital à estrutura de poder imposta pelo Estado e os proprietários fundiários para estabelecer o desenvolvimento regional desigual, gerando na economia brasileira a divisão regional do trabalho e os conflitos de classe.

3. A intervenção do Estado na política econômica açucareira

A economia açucareira implantada no Brasil constitui-se na fase de acumulação comercial do capitalismo europeu através da comercialização das mercadorias da produção colonial para o mercado europeu, numa lógica capitalista de subordinação ao processo de formação da propriedade privada da terra e a dominação econômica estabelecida pelos proprietários de terras [10].

A partir de então o Governo Vargas teve seu modelo de crescimento econômico estabelecido pela indústria para o mercado interno preponderando o processo de produção do capital. Assim o modelo agrário-exportador foi substituído pelo nacional-desenvolvimentista surgindo a ideia de integração do mercado nacional retirando o poder estabelecido pelos interesses regionais, para que somente o Estado maior, o governo nacional, integrasse o desenvolvimento econômico do país.

Com a queda do Estado Oligárquico ao mesmo tempo em que ocorre a intervenção do Estado, houve uma desorganização da atividade agroexportadora tradicional, mas deve-se frisar que não aconteceu o desaparecimento da classe dos grandes proprietários de terra e a sua aliança no poder político nacional.

O Estado interveio na economia açucareira logo em 1931, com a criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira (CPDA) – pelo Decreto 20.761, de 1931 -, que procurou controlar o crescimento da produção nos vários estados e regiões, a fim de evitar o desmoronamento das estruturas existentes, em áreas que dependiam principalmente da produção de açúcar e de álcool. Buscou ainda desenvolver, para diminuir o impacto da aquisição de petróleo, o sistema de mistura do álcool à gasolina, estimulando a implantação de destilarias que produzissem álcool anidro, em lugar do álcool hidratado e promovendo também um reajustamento do débito dos usineiros [11].

De acordo com a situação posta, o Estado levou a transformação dessa Comissão na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA -, criado pelo Decreto nº22.789, de 1º de junho de 1933. Com a criação do IAA, a usina teve a sua produção regulamentada, planejada e pode se impor no espaço de disputa, pois o governo a transformou quase em uma empresa estatal, estabelecendo as normas que regulamentavam a sua vida econômica e a sua função social e política. Com o IAA fortalecendo a usina, esta passa a ter fácil acesso ao crédito tanto para o custeio como para a realização de obras de estrutura, organizando-se para o crescimento da produção levando em conta as disponibilidades do mercado internacional; para tanto a usina teve que estar organizada e subsidiada [11].

A intervenção do Estado na economia açucareira, através da criação do IAA, tinha como missão primordial estabelecer uma divisão regional do trabalho, emergindo a produção açucareira com muita força nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa intervenção tinha um mecanismo de quotas de produção para cada uma das regiões açucareiras do país, garantindo preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e as usinas, e financiamento da produção. Consistindo em uma grande ironia, pois foi sob a direção nominal de membros da burguesia açucareira do Nordeste, que o eixo da produção do açúcar passou do Nordeste para a região industrial comandada por São Paulo [9].

O IAA representava o cartel para o parque industrial da cana-de-açúcar que mantinha os abusos políticos da oligarquia canavieira, sob subsídios governamentais. A articulação do IAA com o Banco do Brasil, em favor da oligarquia canavieira representava uma das formas mais espúrias da expropriação do agricultor, inserido no tipo de agricultura semi-mercantil nas áreas de completa interação entre este tipo de agricultura e a agricultura especulativa de mercado, onde a cana-de-açúcar se apresentava como lavoura principal e dominante [12].

Após a Segunda Guerra Mundial surgiu a discussão de como o Estado poderia atuar para fortalecer os processos econômicos brasileiro via o estabelecimento de uma concepção liberal. Em 1948, surge a política de estruturação econômica com a fundação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – órgão de orientação com relação às possibilidades de controle e estímulo aos processos econômicos básicos, de modo a tornar os governantes latino-americanos mais alertas e gerando uma participação estatal na economia brasileira, ou melhor, uma crescente participação do poder público nas diferentes esferas econômicas em que o Estado foi levado a assumir e ampliar as suas funções tomando decisões que o colocaram no centro da política econômica nacional [13].

A década de 1950 é voltada para a consolidação da expansão em que a burguesia industrial através de interesses da reprodução do capital, para não ser controlada pelas oligarquias agrárias havia capturado o Estado, levando-o a implementar políticas econômicas para reforçar a acumulação industrial. Nesse elo de subordinação e interesse entre latifúndio e indústria estabelece-se a política econômica agroexportadora nos ditames da reprodução do capital industrial [9].

Nesse período transcorreu uma forte expansão da indústria açucareira no Brasil, sendo parcialmente induzida pela crescente demanda do mercado interno, cujas dimensões estavam sendo gradativamente ampliadas por um rápido e intenso processo de industrialização e de urbanização. Indo além, com a produção brasileira de açúcar amplamente excedendo o seu

consumo interno, fato que determinou um quase imediato retorno do país ao grupo dos maiores exportadores do produto, do qual deixara de participar havia várias décadas [14].

Houve assim o “surto da industrialização” no espaço agrário brasileiro, com a aceleração do processo de concentração das grandes porções de terras para a expansão de produtos para exportação, através de *commodities*, que teve na cana-de-açúcar a expansão em áreas que eram ocupadas por outros produtos comerciais e que se reduziu devido às condições dos pequenos produtores de estabelecer-se no processo capitalista. Desapropriados das terras são obrigados a se proletarizar ou mesmo migrar para as outras regiões.

Para formar a política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, houve a necessidade da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – conhecido como DNOCS –, nascido na primeira década do século XX sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Este Departamento Nacional só realizou obras no Nordeste, considerando assim o caráter do planejamento em escala regional, já presente. O governo brasileiro iniciou estudos para “resolver” os problemas estruturais ocorridos no Nordeste com ênfase ao desenvolvimento regional, através da política de desenvolvimento para criar uma economia resistente às secas e reestruturar a atividade agrária, intensificando os investimentos industriais [9].

Para reorganizar a economia canavieira, houve na SUDENE a criação, em 1966, do grupo de trabalho denominado de Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste – GERAN, a fim de implementar atribuições para a modernização das usinas, através da racionalização do plantio de cana-de-açúcar, ocupação e aproveitamento das terras liberadas pelo processo de inovação tecnológica na agroindústria canavieira, com base na diversificação de cultivos de produção de gêneros alimentícios [12]. Para a execução dos programas da SUDENE também houve a criação de vários instrumentos de política econômica, como o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste – FURAGRO –, extinto em agosto de 1971 quando foi dissolvido o GERAN.

Na prática a SUDENE não teve uma estrutura capaz de fazer agir as metas ambicionadas, acreditando-se faltar a oportunidade de institucionalizar no Nordeste um sistema de planejamento e coordenação. Nesse sentido a década de 1960, foi marcada pela SUDENE que, atrelada ao governo Federal, se esforçou na implementação de sua estratégia de “desenvolvimento regional” fomentando a “sonhada” modernização econômica que na realidade era um processo alicerçado na apropriação privada e altamente seletiva do capital, que tinha a estrutura agrário-econômica do Nordeste, concentrada na elite dominante nordestina para integrar-se completamente à economia nacional.

Devido às diferenças na divisão regional do trabalho a abordagem dos desequilíbrios regionais teve a intervenção do Estado aliado à reprodução do capital, estando de acordo aos poderes oligárquicos. Pois a região nordestina sempre foi comandada pelas oligarquias agrárias, assim o Estado se torna o mediador imobilista devido a sua atuação ter sido feita sob a égide de programas de intervenção na região – DNOCS, SUDENE – não assumindo formas diretas na região ao mesmo tempo em que se aliava às oligarquias locais.

Nesse intuito há uma retomada da evolução da agricultura e da agroindústria brasileira ocorrida nos anos de 1960/70 devido a forte industrialização, tendo a atuação do Estado brasileiro nos anos de 1964/78 de maneira mais agressiva e repressiva diante do desenvolvimento intensivo e subordinado da agricultura ao capital. Período marcado pela relativa modernização da agricultura brasileira, na qual se modificou parte da estrutura produtiva com o processo de industrialização da mesma, gerado pelas medidas governamentais adotadas para o campo brasileiro, que tinha o apoio das empresas estrangeiras e nacionais.

Instalou-se a partir do golpe de 1964 uma política de portas abertas para o capital estrangeiro, ou seja, para o imperialismo. O desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e agricultura, seja na cidade ou no campo, ocasionou uma superexploração da força de trabalho do proletariado industrial e agrícola. Predominando com intensidade o capital monopolista dominador do aparelho estatal [15].

A política econômica de acumulação capitalista estabelecida nesse período levou a absorção das empresas pequenas às grandes, monopolizadas pela concentração e centralização de capital

de grandes empresas estrangeiras e nacionais fortalecidas principalmente no setor agropecuário brasileiro. Para o caso da cana-de-açúcar, estabelecia-se numa agricultura capitalista com o apoio do poder estatal, através da concentração e centralização do capital, num modelo econômico dependente. Como características principais têm-se: o aumento da mecanização e quimificação das propriedades rurais; aumento da produção de cultivos, em específico a cana; aumento da concentração fundiária; crescimento da utilização da mão-de-obra temporária.

Dessa forma o governo brasileiro incentivou a produção e exportação dos produtos primários, com o intuito de produzir capital para importação de produtos tecnológicos, insumos industriais, com intenso processo de acumulação capitalista. Com isso, a agricultura recebeu estímulos fiscais e creditícios; como consequência ficou atrelada aos mandos do capital industrial estrangeiro e nacional, subordinada à lógica da acumulação capitalista via “aliança” com o poder estatal, gerando uma economia prisioneira aos mandos do capital estrangeiro.

A condição do Estado e seu papel totalizador é fortíssimo nesse processo, o Estado “[...] ajusta as suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital” [16]. Na dinâmica da circulação global, o Estado estabelece as ações internacionais diferentes com relação à política interna tendo a tendência somente de fortalecimento da concentração e centralização do capital, esse papel é comumente estabelecido entre o Estado e os grupos econômicos.

Na lógica do poderio do Estado militar houve a aceleração e as transformações no espaço agrário brasileiro, através das grandes empresas capitalistas e os grandes grupos econômicos que receberam enormes incentivos financeiros para a agricultura e pecuária, ao mesmo tempo em que esta política modificou, transformou ou mesmo destruiu velhas estruturas e relações de dominação. Nessa condição tem-se a problemática da terra no Brasil, que se constitui em três violências distintas combinadas e progressivas: violência física, através do fortalecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública; violência da justiça, transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa; violência da ação militar e policial na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisória, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político [17].

O processo de transformação capitalista gera o fortalecimento do Estado e sua política de interesses conjugadas aos interesses das grandes empresas que precedem somente da obtenção de lucros constantes para a monopolização do sistema capitalista continuando a lógica desigual e contraditória do capital.

4. As novas configurações espaciais da economia açucareira e sua inserção no modelo de modernização do campo

Nota-se que desde 1965 a cana-de-açúcar já participava da política de concessão de créditos subsidiados à agricultura, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da viabilização do Estado que levou ao crescimento econômico e a “modernização” da agricultura brasileira, formando-se o que se chamou de Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse processo de promover a industrialização da agricultura, o Estado beneficia os atores seletos (grandes proprietários de terras e grandes grupos empresariais e financeiros), priorizando os produtos exportados para o comércio mundial de *commodities* [18].

A mudança estabelecida pela concessão de créditos financiados pelo Estado contribuiu para aumentar a produção do setor canavieiro, intensificando a concentração da propriedade da terra pelos grandes proprietários e grupos empresariais, concomitantemente ficaram à margem milhares de pequenos produtores rurais expropriados de suas terras, gerando a redefinição das relações de trabalho no campo.

Com o intuito da expansão da agroindústria canavieira, o Governo Militar implementou a criação de programas nacionais. Em 1969, o primeiro programa instituído através do ato nº11/69 de 27/05/1969 que formou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar – PLANALSUCAR. Em consequência da política governamental estabelecida para a

modernização e ampliação da capacidade de produção das usinas e da implantação de destilarias de álcool surgiu o programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira através do decreto-lei nº 1.186 de 27/08/1971.

Com o desenvolvimento da indústria nacional surgiram propostas da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e do Comércio (MDIC) apresentadas em setembro de 1975 num relatório sobre “Etanol como combustível”, no qual o desenvolvimento independente de tecnologias de produção para a utilização de biomassa como combustível era o aspecto central e onde se salientava o uso da mandioca, por razões de política de desenvolvimento. Essa substituição de combustível por biomassa baseada em desenvolvimento tecnológico próprio, somente passou a ter peso político levando à rápida implementação do PROÁLCOOL, em novembro de 1975, “graças” ao maciço interesse do lobby do açúcar [19].

O crescimento da agroindústria canavieira atrela-se ao surgimento do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL – que foi originado da crise do petróleo de 1973 em âmbito internacional, propiciando como objetivo do programa a substituição do consumo de derivados do petróleo. Assim, o ano de 1975 a 1985 foi o período da expansão do PROÁLCOOL, sendo intensificados os investimentos na agroindústria canavieira através dos investimentos governamentais, via regulamentação do mercado. Desse modo, o mercado mundial favoreceu a produção crescente do álcool da cana. Todo o aporte tecnológico desenvolvido pelo país na produção de álcool se deve ao PROÁLCOOL, este foi instituído a partir do PNA – Programa Nacional do Álcool – através do decreto nº 76.593 de 14/11/1975, que era um programa federal. Sendo administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAI – Comissão Nacional do Álcool.

O Programa com objetivo de maior flexibilidade na produção de açúcar, de redução das disparidades regionais e individuais de renda, de geração de empregos, de melhoria nas condições ambientais, levou ao entendimento de que não atingiria a todos os envolvidos. Na realidade o PROÁLCOOL foi desde o início um programa que somente beneficiava os grandes usineiros que tinham no poder político a estrutura de organização e concentração de riquezas, ao mesmo tempo em que acentuava as deficiências estruturadas do modelo de desenvolvimento econômico do país [19]. Assim, o PROÁLCOOL tornou-se um importante programa empreendido pelo governo brasileiro em 1975, que objetivava aumentar a produção da cana-de-açúcar e que foi responsável por sua expansão no território brasileiro, seja para a produção de safras agroenergéticas e capacidade industrial de transformação, como para obtenção de álcool em substituição ao petróleo e seus derivados, em especial a gasolina e a incrementação de seu uso no setor químico.

Toda essa dinâmica da agroindústria açucareira se estabeleceu através das diferentes fases de desempenho do Programa caracterizadas por: 1975/79 como a expansão moderada do PROÁLCOOL; 1980-85 foi a fase de expansão acelerada; já de 1986/1995 foi o período de desaceleração e crise no setor [20].

Compreende-se que a expansão moderada do PROÁLCOOL (1975/79) se deu devido a grave crise do petróleo que gerou a expansão da produção de álcool anidro (a ser adicionado à gasolina). A ampliação do PROÁLCOOL, ultrapassando a mistura à gasolina, tinha como pressuposto estabelecer à indústria automobilística a produção de automóveis equipados com motores a álcool hidratado.

Em detrimento do conflito ocorrido no Oriente Médio houve o segundo choque do petróleo, com isso a segunda fase do PROÁLCOOL (1980/85) intensificou ainda mais a produção do álcool na agroindústria açucareira, levando a expansão das destilarias autônomas e o desenvolvimento de novas tecnologias como a fabricação de automóveis movidos a álcool, gerando assim mudança na dinâmica econômica da agroindústria canavieira durante esse período.

Com isso, o governo direcionou o Programa do PROÁLCOOL para a produção do álcool hidratado como carburante para consumo direto gerando a expansão desordenada da cana-de-açúcar ocupando terras utilizadas para a produção de alimento. Assim, foi a fase representada como a fase áurea do PROÁLCOOL e que foi apoiada, sobretudo, na pesquisa e no

desenvolvimento tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada.

Nessa segunda fase do programa o Governo brasileiro cria o Conselho Nacional do Álcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL –, adotando medidas destinadas à ativação do Programa Nacional do Álcool. Esse período do PROÁLCOOL gera a ampliação da utilização de álcool hidratado em automóveis movidos a álcool, estes começaram a ser fabricados a partir da década de 80. Assim, a produção de álcool ampliou-se e houve o aumento do peso das destilarias autônomas.

As medidas tomadas para a ampliação da produção alcooleira e para a introdução do carro a álcool geraram uma dimensão qualitativa ao Programa, devido ao impacto do grande aumento dos preços do petróleo e dos níveis extremamente baixos dos preços internacionais do açúcar. Nesse êxito do Programa, houve as modificações de participação dos automóveis a álcool na venda global de automóveis.

Com as crises e instabilidades econômicas surgiu a terceira fase desse Programa (1986/1995) que impôs limites ao desempenho e crescimento da estrutura produtiva brasileira. Diante disso, a tendência gradual de afastamento do Estado intervencionista na agroindústria açucareira, ocasiona a crise do álcool enquanto alternativa energética; isso aconteceu devido ao avanço inflacionário; a elevação da dívida interna e externa; as taxas de juros no mercado internacional; a redução do preço do barril de petróleo (inviabilizando a exploração econômica do álcool combustível), aliada aos acordos firmados entre o Brasil e o FMI que impunha uma revisão das políticas de subsídio do governo. Percebeu-se também uma queda na participação dos veículos a álcool, devido ao fim dos subsídios do governo ao setor sucroalcooleiro, extinção do IAA, queda na produção de álcool, que dentre outros fatores levou à crise do abastecimento [20].

Thomaz Junior [18] ao explicar o PROÁLCOOL e sua interação no setor sucroalcooleiro divide a dinâmica de consolidação do PROÁLCOOL em 4 etapas, com o entendimento do que houve com o PROÁLCOOL um acirramento para a manutenção, sustentada pelo apoio estatal. Para este autor, o PROÁLCOOL foi fortalecido com a agroindústria canavieira que cresceu intensamente sob o amparo do Estado fazendo com que as várias empresas não se preocupassem com a produtividade, pois recebiam os subsídios do Governo para continuarem com a lucratividade, através de projetos aprovados pelo governo tanto para São Paulo quanto para o Nordeste com relação ao investimento consentido para o crescimento das empresas no ramo da agroindústria da cana-de-açúcar. No entanto, o Programa que teve como objetivo a redução das disparidades regionais do Brasil, contraditoriamente nos seus três primeiros anos aumentou essas disparidades. Essa situação é verificada ao direcionarem para os usineiros da região Sudeste a concentração das empresas maiores e mais modernas, gerando um aumento desproporcional da produção de etanol dessa região, principalmente de São Paulo.

A partir do PROÁLCOOL, o Estado teve papel decisivo para a sedimentação do capital, gerando uma trajetória histórica de manutenção de privilégios e protecionismo que se completou com as metas de produção estabelecidas pelos órgãos executores/normatizadores – Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) e Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com a presença de empresários do alto escalão do executivo federal, em campanhas publicitárias de “boa nova”, já em meados da década de 1980 [18].

As subvenções pelo Estado através de créditos de investimento e custeio a juros subsidiados, garantia de compra com preços fixados pelo governo e demais concessões tributárias, levaram aos investimentos e melhorias para os produtores de cana e álcool. O eixo da expansão do PROÁLCOOL é como a “salvação da lavoura” dos empresários sucroalcooleiros, através da implantação de novas destilarias anexas às usinas, e na ampliação e reequipamento, das já existentes; sendo uma solução para os grandes empresários principalmente do Centro-Sul – em especial os paulistas – a recuperação do padrão de acumulação do capital, estes empresários eram os atores ativos na criação e consolidação do Programa [21].

Entende-se que na terceira etapa (1985-1989) houve mudanças profundas, devido a redução dos recursos com relação à política de controle de inflação da época, gerando a exclusão da cana-de-açúcar do sistema do crédito agrícola que produz efeitos negativos com o forte acúmulo nos custos e a conseqüente diminuição da remuneração dos produtores. Nessa dinâmica,

observa-se que com isso quem tem capital possui maiores condições de se manter, levando a produção ampliada dos produtores e a recriação da diferencialidade [18].

A quarta etapa aconteceu nos anos 1990 com o acirramento das disputas e conflitos intercapital, explicitado territorialmente entre os empresários sucroalcooleiro do N/NE e C/S, havendo a manutenção do PROÁLCOOL que foi acompanhada da liberação de novos recursos públicos, redução de impostos e, principalmente, anistia e renegociação das dívidas junto às entidades estatais [18].

Com a perspectiva de escassez dos combustíveis não renováveis e a necessidade de redução de emissões de gases prejudiciais ao meio ambiente, propostos no Protocolo de Quioto¹ surgiu a produção dos agrocombustíveis nos últimos anos para atender às necessidades do grande capital que quer controlar a matriz energética limpa e renovável. A produção e o uso de energia renovável têm importância fundamental quando se associam meio ambiente e desenvolvimento, levando à valorização da biomassa para esse fim. Com isso o etanol combustível com base na biomassa começou a ser incentivado em diversos países, através de programas e políticas de governo para biocombustíveis e acordos internacionais.

A política global de créditos de carbono evidencia a intenção dos países mais industrializados de redução mínima da emissão de gases de efeito estufa (GEE) num nível apenas necessário para servir de base a sua ideologia de pseudoparticipação no controle e redução do aquecimento global. Ao mesmo tempo em que transfere suas indústrias eletrointensivas e ambientalmente poluidoras do meio ambiente para os países ditos como em desenvolvimento. Daí ser importante controlar a matriz energética para a redução do aquecimento global [22].

O Brasil se destacou a partir da experiência com o programa de alternativa de combustível através da utilização do álcool na produção de bioetanol, como combustível através da adição compulsória de até 25% de álcool anidro à gasolina, a preços competitivos com a gasolina pela comercialização dos veículos médios movidos a álcool ou gasolina, os bicombustíveis ou *flex fuel*. Com isso, o Estado retoma as metas agroenergéticas objetivando intensificar a produção de substitutos aos combustíveis fósseis, retornando a cana-de-açúcar como a alternativa mais viável para a lógica estabelecida pelo mercado, através da produção do álcool em detrimento a gasolina.

As discussões sobre a substituição pelo etanol do consumo da gasolina no sistema automotivo e conseqüentemente sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar foram ampliadas depois da visita do presidente Bush ao presidente Lula no início de 2007, levando ao ressurgimento do antigo PROÁLCOOL brasileiro. Essa retomada é analisada por alguns estudiosos como a renovação do PROÁLCOOL às ações estabelecidas pelo governo brasileiro nos segmentos econômicos, sociais e políticos; introdução dos veículos *flex fuel*, e o aumento das exportações de etanol.

No entanto, a matriz da economia política brasileira do PROÁLCOOL continua na ideia mercantil da historicidade brasileira de somente obtenção de lucro, para tanto os principais fornecedores da cana-de-açúcar fundamentam-se na hipótese do álcool como o melhor substituto mundial da gasolina. Tornando-se, o Brasil, a partir de 2009, o principal país no fornecimento do álcool da cana para países europeu e norte-americano.

Assim, o que se tem claro é que o PROÁLCOOL, que tinha uma propaganda “emergencial”, na prática, proporcionou a pluralidade no setor e na atualidade levou o país a ser o maior produtor mundial de cana-de-açúcar sobre a maior área plantada, através da reprodução ampliada do capital e o domínio das empresas capitalistas [18].

Sendo essa lucratividade crescente somente para um pequeno grupo que domina o setor sucroalcooleiro, estabelecendo a lógica desigual das relações econômicas e sociais desse processo do capital. Nessa ampliação do agronegócio canavieiro surgem os problemas nas relações trabalhistas, fundiárias e mesmo ambientais; ou seja, instauram-se os impactos no mercado de trabalho, nas apropriações/concentrações de terras e preços de alimentos; quem

¹ Também chamado de Protocolo de Kyoto constitui um tratado internacional assinado nessa cidade do Japão, em 1997, com compromissos para a redução da emissão dos gases que intensificam o efeito estufa, considerados como causa antropogênicas do aquecimento global.

perde com tudo isso é a grande maioria da população que sem condições de se estabelecer no processo é subordinada a exploração do sistema capitalista.

A partir do avanço dado a produção de insumos para a obtenção de energia, em específico a cana-de-açúcar, a expansão da oferta dos produtos dá-se no âmbito de um modelo econômico para a agricultura onde predominam: a monocultura em larga escala, o uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizantes de origem industrial, de mecanização pesada e de exploração da força de trabalho assalariada. Com isso, desde o início da década de 1990, os agrocombustíveis apresentam relevância relativa na elevação dos preços e na escassez de alimentos em escala mundial. Estas mudanças neoliberais no sistema produtivo mundial e, em particular, no sistema de estoques de alimentos foram determinadas direta e indiretamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), assim como os governos dos países do denominado G7.

Nos últimos anos surgem as discussões em escala mundial através das organizações e movimentos sociais, ambientais e sindicais populares que criticam a expansão e a proporção que se tomou com a expansão dos agrocombustíveis gerando somente o lucro das grandes empresas capitalistas com o apoio fortalecido do Estado e organismos financeiros mundiais. Exemplo disso está na Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostra os problemas com relação a soberania alimentar e nutricional, ou seja, a elevação dos preços dos alimentos e, em consequência, a grande parcela da população mais pobre tem dificuldades de acesso aos alimentos.

O cenário organizativo do capital agroindustrial se estabelece em via de mão dupla, na redefinição técnico-econômica e política, alterando as regras e revigorando o papel das entidades representativas do capital comandadas pelos empresários sucroalcooleiros e que junto com o Estado neutralizam qualquer avanço e conquistas das organizações dos trabalhadores e das suas entidades de classe, os sindicatos, as federações, as confederações e as centrais sindicais [18].

O agronegócio da cana-de-açúcar para atender ao mercado global prioriza cada vez mais a reprodução ampliada do capital. Nessa lógica as políticas públicas efetivadas pelo governo que deveriam levar a melhoria dos pequenos produtores, na prática favorecem ao latifúndio, ao agronegócio e o enriquecimento da elite canavieira. As políticas públicas estão associadas ao projeto desenvolvimentista liberal que tem na defesa do agronegócio o ponto chave para ampliação de lucro dos donos do poder, promovendo com isso a elevada concentração de terras, desemprego dos trabalhadores rurais e a precarização do trabalho.

5. Considerações finais

Ao longo do processo histórico evidencia-se o monopólio de uma oligarquia que domina o processo de reprodução do capital tendo a cana-de-açúcar como principal produto econômico da região Nordeste desde o período colonial, com momentos de expansão e de recuo, em consequência das oscilações do mercado externo.

A política econômica açucareira foi fortalecida primeiramente com a formação do IAA, depois com o PROÁLCOOL, no qual a atuação do Estado esteve direcionada ao incentivo e fortalecimento das agroindústrias com a produção da cana-de-açúcar. Através de investimentos financeiros no setor, ocorreu uma aceleração da concentração de grandes terras e da expansão da produção da cana-de-açúcar para a exportação. As subvenções do Estado para o fortalecimento do setor canavieiro para a produção de álcool gerou embate, devido à perspectiva de constantes dívidas e escassez da produção da cana-de-açúcar, e conseqüentemente a desestruturação do PROÁLCOOL. Com a perspectiva da escassez dos combustíveis não renováveis e a necessidade da redução de emissões de gases ao meio ambiente, foi criada a política global de créditos de carbono surgindo a produção dos agrocombustíveis. Nessa perspectiva um novo *boom* foi dado à produção da cana-de-açúcar para a obtenção do etanol.

Assim, nos últimos anos o espaço agrário foi fortalecido pela lógica do capital, tendo o agronegócio da cana como uma das saídas para a lucratividade do setor agrário-exportador,

gerando novas territorialidades no campo brasileiro. O agronegócio promove a elevada concentração fundiária ao mesmo tempo em que provoca o desemprego dos trabalhadores rurais e a precarização do trabalho, estabelecendo a lógica desigual e combinada do capital em que a parte que perde nessa condição é a do trabalhador que para sobreviver fica subserviente assumindo trabalhos precarizados ou mesmo subumanos.

6. Agradecimentos

Agradeço a FAPITEC/SE pela bolsa concedida durante o desenvolvimento deste estudo que faz parte da Dissertação intitulada “*Do Latifúndio e do Agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do ‘Senhor’ ao ‘Escravo’*”, como requisito para a obtenção do Mestrado em Geografia / UFS (2010).

-
1. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A Civilização do Açúcar (séculos XVI a XVIII). São Paulo: Brasiliense, ed.9ª, 1994. (Coleção Tudo é História 88).
 2. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, CNPq, 1988.
 3. PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 9ªed., 1969.
 4. MOREIRA, Ruy. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1990, Coleção Tudo é História: 132.
 5. SMITH, Roberto. Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
 6. ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e reforma agrária. São Paulo: Ática, 2ªed., 1991. Série Princípios.
 7. PERRUCCI, Gadiel. A República as usinas: um estudo de historia social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Estudos sobre o Nordeste, v.2.
 8. RÊGO, José Lins do. Romances reunidos e ilustrados, 3: Banguê. Rio de Janeiro: José Olympio, 12ªed, 1980.
 9. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed.3ª, 1981.
 10. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 11. ANDRADE, Manuel Correia de. Área Sistema Canavieiro. Recife: SUDENE/PSU/SRE, 1988. Coleção Série Estudos Regionais, 18.
 12. AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Agriculturas no Nordeste: apreciações e sugestões de políticas. Petrópolis: Vozes, 1985, 208p.
 13. IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
 14. SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, In: Estudos Avançados 11(5), 1991, p.57-79.
 15. IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura – O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
 16. MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, ed. 1ª, 2002.
 17. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 2ªed., 1985.
 18. THOMÁZ JUNIOR, Antônio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
 19. BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. PROÁLCOOL – Economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1988.
 20. SHIKIDA, Pery Francisco Assis. A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995. Cascavel: Edunioeste, 1998, 149 p.
 21. THOMÁZ JUNIOR, Antônio. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira), In: Revista Pegada, Presidente Prudente, v.8, n 2, dezembro 2007, p.5-25.

22. CARVALHO, Horacio Martins de. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, vol.34, nº2, jul-dez, p.155-177, 2007.